



## CARTOGRAFIA DO (DE)SERTÃO DO BRASIL: NOTAS SOBRE UMA IMAGEM EM FORMAÇÃO – SÉCULOS XIX E XX

Angela Lúcia Ferreira  
angela.ferreira@pq.cnpq.br

George Alexandre Ferreira Dantas  
georgeafdantas@pq.cnpq.br

Yuri Simonini  
ysimonini@gmail.com

Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo - HCUrb  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

### Cartografia do (De)Sertão do Brasil: Notas sobre uma imagem em formação – Séculos XIX e XX (Resumo)

O desconhecimento de parte do território brasileiro pode-se evidenciar nos vazios revelados nos mapas existentes, até o século XIX. Dentre essas lacunas, emerge a zona setentrional, cuja integração com o restante do país consistia num dos fatores para amenizar os problemas provenientes das irregularidades pluviométricas com fortes tendências a estiagens. Isso demandava maior ciência sobre sua dimensão que se confundia com a própria representação do que se convencionou chamar de “sertão”. Discutir o papel da cartografia na demarcação, muitas vezes imprecisa, do sertão das secas, ao longo do séc. XIX e sua definição mais concisa nos mapas do início do século XX, é o objetivo deste trabalho. Baseado na análise de representações visuais pouco utilizadas acerca do tema, verifica-se que a adoção de produtos cartográficos na construção historiográfica sobre o Nordeste pode enriquecer as fontes documentais textuais para compreender a delimitação da região como uma imagem em formação.

**Palavras-chave:** Mapas, Cartografia Histórica, Imagens Formativas, Território das secas, Nordeste/Brasil

## **Cartography of Sertão of Brazil: some issues on an ongoing image along XIXth and XXth centuries (Abstract)**

Until the XIXth century, enormous parts of Brazilian territory remained unknown, as one can observe on map collections. The northeastern part, mainly the semi-arid Sertão, is one of the most significant absences from Brazilian cartography so then. A part of the country which constantly suffers from irregular rainy seasons, tending frequently to long-term periods of drought. The integration of Sertão to all country was formulated as one of the factors to reduce the problems concerned to the droughts. For that, it was demanded more efforts to build a sharp knowledge on the region, which was represented as Sertão as a whole. So, this paper aims to analyze how the cartographic documents were important to delineate the image of Sertão, even since the lack of accuracy of the maps in the beginnings of the XIXth century to the precision and concise ones of the XXth. Methodologically, this paper is based on new or few-used primary fonts, articulated to comprehend the historiographical construction of Brazilian Northeast region as well as the very notion of region as an ongoing image

**Keywords:** Maps, Historical cartography, formative images, drought territories, Northeast/Brazil

As imprecisões encontradas na cartografia sobre o interior do Brasil, em especial na sua parte setentrional (grosso modo, a região atualmente delimitada como Nordeste) são ainda uma constante nas primeiras décadas do século XIX. Do registro leigo de um viajante como Henry Koster, no *Travels in Brazil* (1816), ou do mapa oficial elaborado por John Luffman, em 1808, verifica-se a existência de vastas regiões ainda não totalmente exploradas ou, melhor, não cartografadas. Esse desconhecimento acarretou, por conseguinte, em um problema durante o processo de transformação da antiga América Portuguesa em uma Nação independente, que se estendeu por todo o século XIX. Existia, entre as elites políticas imperiais, um esforço contínuo para suprir as lacunas deixadas por séculos de uma política de domínio geopolítico da Metrópole Portuguesa que implicou no controle estrito do conhecimento produzido sobre a colônia, notadamente daqueles ligados à defesa territorial e aos recursos naturais disponíveis.

Para construção desse conhecimento geográfico, o esforço dos intelectuais daquele período encontrava-se relacionado mais significativamente ao projeto ideológico de construção de uma Nação. Projeto que se embebeu também nos registros literários do observador moderno, um “observador-em-trânsito” e que se imiscuía à paisagem na tentativa de apreensão do todo, conforme a proposta humboldtiana<sup>1</sup>. Projeto para o qual se tornou imprescindível à investigação sistematizada e o domínio do suporte físico do território, seus acidentes, relevos, bacias hidrográficas, cursos d’água, entre outros.

Para tanto, foi necessário superar a imagem do país “só-natureza”, do registro edênico, da abundância e, ao mesmo tempo, do maravilhoso e do exótico, tão comum no registro do período colonial. Certa unidade dos antigos mapas do período colonial seria cindida então na busca pelas especificidades das partes de um Império de características continentais. Posteriormente, a necessidade de integração territorial demandou, a partir da segunda metade do século XIX, a confecção de novos mapas sob o rigor dos instrumentos de observação e de

desenho, elaborados, inicialmente pelos engenheiros militares e, em seguida, pelos politécnicos.

No que se refere à região em que as variações meteorológicas proporcionavam estiagem e intervalos de secas, a imprecisão se expressava principalmente em relação às fronteiras que recuavam e avançavam – como se verifica no registro da literatura formativa de tantos viajantes – de acordo com a virulência do fenômeno climático e que iria ganhar contornos nítidos e bem delimitados com a problematização – técnica sobremaneira – do próprio fenômeno. Mais ainda, a procura pelo delineamento claro do “território das secas” levaria, já na primeira metade do século XX, a uma melhor definição da própria palavra sertão: do vasto interior, como no registro português original do período colonial, o sertão torna-se praticamente uma metonímia do interior das secas, da região marcada por uma paisagem múltipla que enfrenta, ciclicamente, longos períodos de irregularidades pluviométricas.

Nesses processos, nem sempre claros, de produção, de circulação e de difusão de conhecimento, formou-se uma imagem determinada sobre uma porção específica dentro do Brasil: a região Nordeste. Região que surge em decorrência, em grande medida, do enfrentamento do problema dos efeitos causados pelas secas, da dimensão técnica que lhe articulou – isto é, o conjunto de esforços governamentais para dar uma resposta propositiva, formulada por um campo disciplinar técnico, às questões que abarcam a seca, vista como um problema nacional. Além disso, pode-se apontar igualmente a conjuntura política e econômica que reivindicou recursos e atenção próprios, das paisagens e cartografias, reais e imaginárias, que lhe representaram.

É neste contexto que o presente trabalho procura discutir o papel da cartografia na delimitação, muitas vezes imprecisa, do sertão das secas, daquela porção setentrional do Brasil, ao longo do século XIX e da sua definição mais concisa dos mapas do início do XX. Pretende-se, assim, não somente acrescentar documentos gráficos às análises acerca da criação do território nordestino, mas contribuir para o avanço dos estudos sobre a formação de uma cultura técnica no Brasil moderno. Não se trata de uma inquietação nova, mas fruto de uma continuidade de investigações do Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo – HC Urb.<sup>2</sup>

A busca, nessa trajetória, se iniciou por um mapeamento dos usos e significados do próprio termo “sertão”, nas representações de viajantes, cientistas e literatos – inscrita em artigo apresentado no VIII Colóquio Internacional de Geocrítica e consta no número a ele dedicado da revista eletrônica Scripta Nova, volume X, nº218<sup>3</sup>. Observou-se, a continuação que, para conhecer o sertão, ou melhor, os muitos sertões do país, a formação das sociedades corporativistas e instituições científicas e de vulgarização do conhecimento, assim como de seus periódicos, foram importantes, a exemplo da Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tema discutido em outro estudo, divulgado no XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina e publicado na Revista Geográfica de América Central, da UNA<sup>4</sup>. No entanto, as primeiras tentativas de traduzir e reunir essas narrativas em peças cartográficas de cunho pedagógico, exemplificado na obra do advogado, político e professor do Colégio Pedro II, Cândido Mendes de Almeida – se abordou em comunicação apresentado no XIV Encontro Nacional da ANPUR, que será publicado na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais<sup>5</sup>. Juntos, essas preocupações convergem em novos desdobramentos agora expostos neste artigo.

Constata-se que, em meio a esse conjunto de reflexões, permanece a questão da imprecisão (do conhecimento sobre o território) e nesse sentido, se incorporará outros olhares a partir de dados primários ainda pouco trabalhados. Pensa-se que um conjunto variegado de mapas pode ajudar a entender tanto o que significou essa imprecisão quanto, mais importante ainda, no contexto da formação da dimensão técnica das secas, como foi enfrentada e superada. Produzidos no âmbito de acordos políticos e diplomáticos, de peças técnicas para informar ações de transformação e de construção do território, das ações pedagógicas para formação acadêmica e, de maneira especial, da ocupação de cargos na burocracia estatal por membros oriundos das elites, as peças cartográficas documentam também o esforço institucional, técnico e intelectual para o conhecimento do território brasileiro e, por conseguinte, para a constituição da Nação. Pode-se citar, desse material gráfico, exemplos como o “New Map of Brazil” (1866), compilado por William Scully, o “Atlas do Império do Brazil” (1868), de Cândido Mendes, o “Brasile Orientale” (1899), da Editora Ulrico Hoepli, o “South America” (1910), da Cambridge University Press, ou, antes ainda, os registros de Koster e de Luffman, supracitados, o “Brazil” (1823), de Henry Charles Carey e os confeccionados pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, nas primeiras décadas do século XX.

Ao seguir o argumento central de John Brian Harley, sobretudo em “La Nueva Naturaleza de los mapas”<sup>6</sup>, assume-se a noção de mapa como “imagem retórica”, ou seja, um documento histórico, uma construção social do mundo que, por meio de imagens e de textos (muitas vezes subjacentes), dá a conhecer determinadas realidades ou, mais ainda, as representações (e seu aparato técnico, político, social, econômico) sobre a realidade. Isso implica, em consonância às novas prerrogativas de análise cartográfica sob o ponto de vista histórico, conforme observam Hector Mendonza Vargas e Carla Lois<sup>7</sup>, considerar que os mapas podem, e devem, ser lidos como textos, que dialogam entre si, sincrônica e diacronicamente, dentro da cultura técnica moderna em formação no qual foram elaborados; textos que constroem sua significância também no contexto social no qual se inserem, em dado período.

O trabalho pauta-se, num primeiro momento, na problematização dos produtos cartográficos como fonte válida. Em seguida, analisa-se uma seleção de mapas do território brasileiro, com ênfase a sua parte setentrional, desde o final do período colonial até os confeccionados por órgãos técnicos especializados na República (pós-1889), levando-se sempre em consideração as motivações para sua produção e, principalmente, as representações e as lacunas em suas linhas, traços e símbolos.

## A cartografia como fonte documental

A utilização do mapa histórico em trabalhos científicos não é nenhuma novidade. Diversos artigos empregam o material cartográfico para ilustrar ou exemplificar os textos. Em conjunto com os Atlas, o estudo desses documentos iconográficos se conforma em novos eixos epistêmicos de análise:

“As imagens visuais que os atlas históricos proporcionam, influenciam na criação e sustentação de noções de situações históricas e são particularmente apropriadas como de tema de investigação devido a recente ênfase em nações como comunidades políticas imaginadas, ênfase no papel de imagens como meio de criar percepções de poder e, de modo geral, ênfase em aspectos iconográficos da autoridade política e cultural”.<sup>8</sup>

Contudo, em muitos casos, a exceção daqueles voltados a cartografia histórica, percebe-se o uso meramente ilustrativo, tal qual uma figura e, frequentemente, sem uma maior contextualização. Ou seja, “durante largo tempo, el mapa antiguo no tuvo gran centralidad en los análisis del geógrafo ni del historiador”<sup>9</sup>. E mesmo quando os pesquisadores o transformaram em seu objeto de estudo, o empregaram como uma ferramenta do discurso oficial para a legitimação de processos políticos. Em outras palavras,

“Do mesmo modo que num processo de apropriação do território se observam margens de exclusão mais ou menos profundas, também a cartografia pode funcionar como um indicador muito sugestivo dos desequilíbrios verificados no acesso às formas de que os indivíduos ou grupos dispõe para intervir no espaço e dar ele a imagem pretendida”.<sup>10</sup>

Uma das razões apontadas consiste na dissociação do mapa como fonte, tal qual os documentos escritos, uma vez que, devido a uma persistente visão positivista, é entendido como um produto científico e, logo, retirado o aspecto subjetivista; ou seja, há uma carência de análise de uma dimensão social<sup>11</sup>. Ademais, há um problema de ordem metodológica, no estudo cartográfico<sup>12</sup>, de longa duração no que se refere a sua relação com outras documentações do período em estudo, uma vez que “el análisis cartográfico solía reducirse a una descripción superficial en la que el mapa se pesaba como un objecto tan singular que no parecía resistir el diálogo con otros objectos o imágenes de su época”<sup>13</sup>. E para superar essa questão, se faz necessário uma “(...) interpretação baseada, por sua vez, numa teoria iconológica e semiológica da natureza dos mapas”<sup>14</sup>. Todavia, trabalhos recentes, segundo Hector Mendoza Vargas e Carla Lois, despojaram uma função desse produto cartográfico que remete o final do século XIX e início do XX: “reivindicar lecturas del pasado deliberadamente sesgadas apoyadas en una selección clave de mapas para reclamar derechos de toda clase”<sup>15</sup>. Isso significa uma incorporação crítica ao discurso cartográfico no qual emerge uma preocupação da “dimensão representacional” do mapa.<sup>16</sup>

A dimensão proposta por Edward Said<sup>17</sup> vai ao encontro ao pensamento delineado por outros pesquisadores, principalmente John Brian Harley<sup>18</sup>, para o qual se deve não somente analisar sua composição imagética, mas também as “reglas que gobiernan sus códigos y modos de producción, intercambio y uso social”. Nesse sentido, deve-se atentar que o mapa possui uma linguagem própria, carregada de simbologias e silêncios que, em seu conjunto, carregam uma determinada percepção de mundo. Isso indica um aparente paradoxo: por um lado tem-se um artefato produzido sob preceitos científicos e, por outro, fruto de uma composição subjetiva, feita de escolhas e olhares. Ou seja, “El mapa puede ser estudiado ya no solo como el resultado de una operación técnica, sino también intelectual, por medio de cual se estructura el espacio, se organiza y se le da una forma inteligible”.<sup>19</sup>

Outra preocupação no trato analítico dos mapas consiste na sua dissociação com o meio e o momento no qual foi produzido. Segundo Maria do Carmo Andrade Gomes, “os mapas são inseridos em uma rede intertextual, entre relatórios técnicos, narrativas de viagem, desenhos e pinturas de paisagem, um conjunto articulado de práticas discursivas que, em cada contexto discursivo, configuram uma dada produção cartográfica”<sup>20</sup>. Ou seja, não se produz um produto cartográfico sob uma “tabula rasa”, mas a partir de uma intersecção de dados e de conhecimentos que criam um arcabouço intelectual o qual norteará sua representação. O conjunto desse material permitiria ao pesquisador maior inteligibilidade no seu objeto de estudo; portanto, no entender de Renato Amado Peixoto, “pensar o espaço não é apenas

entender sua representação, considerar sua inscrição, perscrutar sua construção; é também necessário buscar suas conexões”.<sup>21</sup>

O problema reside na falta dessas conexões, devido ao tratamento dado ao mapa por parte dos arquivos e instituições de pesquisa:

“Os processos históricos de preservação dos mapas sempre se caracterizavam pela separação dos documentos visuais e textuais, clivagem que significou a separação dos mapas dos contextos de sua produção documental, seja pelo seu alto valor de mercado antiquário, sejam pela estratégia de sigilo de Estado ou pelas políticas de preservação de arquivos, museus e bibliotecas que primaram pela prática de musealização da imagem cartográfica”.<sup>22</sup>

O desafio atual do uso da cartografia como fonte documental consiste em reunir esses documentos visuais e textuais, sobre um dado momento histórico no qual o mapa foi produzido. Em muitos casos, as perdas são irreversíveis. Todavia, é possível adotar outras formas de imbricação com o uso de outras fontes primárias complementares ou transformando o mapa numa fonte per si. A cartografia incorpora, ademais dos registros fruto de observação direta e indireta, os elementos de uma geografia imaginativa, que se forma no confronto entre o saber estabelecido (e sua imagética preexistente) e a experiência que choca, confronta e, portanto, desarma muitas pré-convenções. Nesse sentido, o item a seguir propõe uma análise de seis mapas sobre uma parte da antiga América Portuguesa – o atual Brasil – que demonstram a transformação de um espaço desconhecido, um (de)sertão, num território delineado por características físicas que, muitas vezes, se confundem com a própria representação de sua identidade, o Nordeste brasileiro.

## **Do (de)sertão ao Nordeste: notas cartográficas**

Como bem define a pesquisa Luciana Martins<sup>23</sup>, a cartografia não se funda apenas nos discursos e mecanismos de poder (e seus esquemas intelectivos que informam aprioristicamente como e o quê detalhar e cartografar); embora esses esquemas sejam fundamentais, eles se movem e se transformam no quadro complexo de relações culturais do século XIX, com crescente abertura de portos, de explorações científicas, de circulação de conhecimento.<sup>24</sup>

Apesar do tratamento mais moderno do mapa de J. Luffman, de 1808 (Figura 01) –como se expressa na impressão dos textos nas abas superior e inferior, *e.g.*, sem ornatos ou rebuscamento –, é significativo o grande vazio que marca o seu centro. A breve descrição – *Interior of the country / very imperfectly known* – sintetiza a grande tarefa de cartografia que se descortinava. O vazio registrado é uma representação em sentido duplo, como se percebe ao comparar com mapas de séculos anteriores, a exemplo da *Nova et accurata Brasiliae totius*, tábula atribuída a Joan Blaeu, de 1640 (Figura 02). É interessante destacar a relação entre seu pretenso título, com ênfase ao *accurata* [preciso] e *totius* [completo], ao que se encontra representado, ou melhor, ao silêncio de um maior detalhamento do interior da colônia portuguesa. Porém, demonstra amplo conhecimento das rotas marítimas às capitâncias, o que se pode inferir a sua provável função náutica.



**Figura 01 - Brazil, or trans-atlantic Portugal, publicado por J. Luffman, Londres, 1808.**

Atente-se para a advertência: "interior of the country very imperfectly known".

Fonte: <http://hdl.loc.gov/loc.gmd/g5400.br000016>

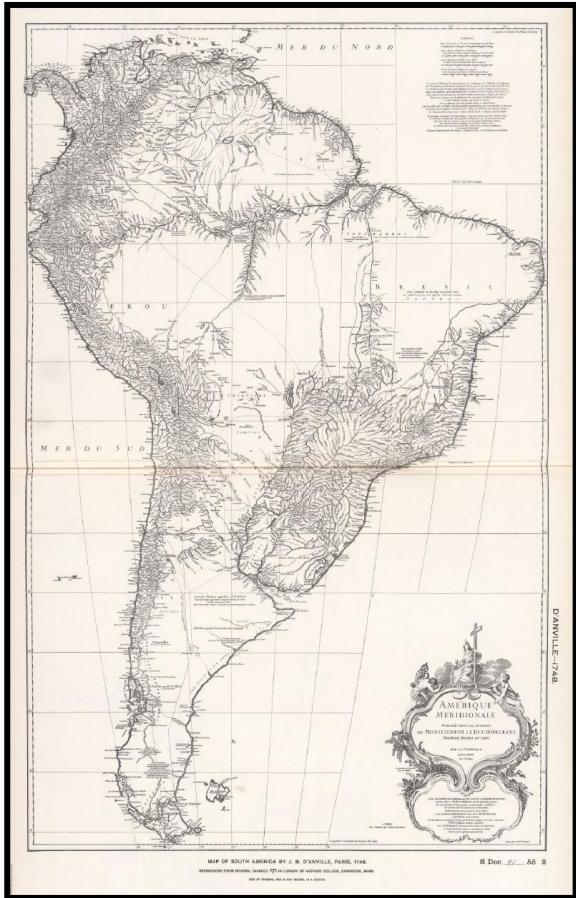
Nota: Editado pelos autores



**Figura 02 - Nova et accurata Brasiliae totius tabula, publicado por Joane Blaeu, 1640.** Nota-se que mesmo sem uma descrição, percebe-se o vasto interior ainda desconhecido que se manteria por mais de 200 anos com nenhuma proposta para um mapeamento mais preciso.

Fonte: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart168860.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart168860.jpg)

Representação gráfica e representação do interior como sertão e, antes ainda, como desertão, imagem recorrente do Outro, do desconhecido. Imagem que se alimenta também da recorrência das representações. Isto é, da circularidade do conhecimento estabelecido, que vai se repetindo, em maior ou menor medida, porque resolve o problema da representação gráfica (emulando soluções embasadas em convenções tecnicamente aceitas) e confirma a representação – como imaginário – do vazio. Não à toa, é praticamente o mesmo vazio cartográfico do século 17 que marca o *Amerique Meridionale*, de Jean Baptiste D', de 1748 (Figuras 03 e 04). Neste mapa, elaborado com o auxílio de observações de dois membros da academia de ciência francesa, registra, inclusive a seguinte informação: *Brésil dont l'intérieur est inconnu en grande partie*, ou seja, seu interior é amplamente desconhecido.



**Figura 03 e 04 - Amerique Meridionale. Publiee sous les Auspices de Monseigneur le Duc D'Orleans ... Map of South America by J.B. D'Anville, Paris, 1748 e detalhe.** Tal qual o mapa de Blaeu, o interior brasileiro igualmente continha a descrição de vasto território desconhecido.

Fonte:

<http://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~203996~3001758#>

O mapa de Luffman, do início do século XIX, ainda expressa essa recorrência, da mesma maneira que o registro literário de um viajante como Henry Koster: “A palavra sertão é usada de maneira indefinida, não somente significando o interior do país, mas, às vezes, grande parte da costa cuja população é parca. Assim, toda a região situada entre [as províncias de] o Rio Grande [do Norte] e a Paraíba é chamada sertão”<sup>25</sup>. O esboço de mapa que acompanha o livro de Koster também “registra” o vazio.

Interior desconhecido. Desertão. Deserto grande. Sertão. Essa operação linguística que vinha se processando, como registra Koster, ganharia também contornos específicos ao longo do século XIX e XX. Embora permanecam os muitos sertões nas discussões e ensaios sobre o Brasil (ou mesmo e principalmente na literatura do século XX), para designar porções específicas do interior, um em especial seria objeto de atenção específico: o sertão da porção setentrional do Brasil, o interior assolado de tempos em tempos pelo fenômeno climático das secas.

Esse processo já foi relativamente bem demarcado e discutido<sup>26</sup>. Ainda assim, é significativa a sobreposição entre o vazio do registro cartográfico colonial e a posterior delimitação da região das secas. Contudo, apontar apenas as recorrências não é suficiente para entender a cartografia do (de)sertão que se formaria a partir de meados do século XIX.

A necessidade de integração do território brasileiro, em fins do século XIX, principalmente com a interiorização desse processo e a ascensão de um corpo técnico qualificado – proveniente dos quadros da Escola Politécnica, criada em 1878 – delinearam ações propositivas ante aos problemas oriundos da grande seca de 1877-1878. Em outras palavras,

“As ações técnicas, encampadas e promovidas pelos engenheiros politécnicos enviados pelo Governo Federal, passaram, destarte, a ser também um elemento delimitador e caracterizador da região da seca no tocante à sua espacialidade, pois atuavam no sentido de estruturá-la e integrá-la tanto externa – com as outras regiões da nação –, como internamente – na comunicação entre as cidades e as zonas de produção localizadas em seus limites, com o intuito de promover a ‘circulação de riqueza’ a partir do escoamento das mercadorias e o estreitamento das relações”.<sup>27</sup>

Isso significou que, sob a égide da régua e do compasso, novas representações cartográficas para a região nordestina se mostravam imprescindíveis. Segundo Angela Ferreira, Gabriel L. Medeiros e Yuri Simonini, a forma de atuação desses profissionais se dava em três etapas, “primeiro, conhecer cientificamente o território para descobrir o que lá existia, segundo, explorar as suas potencialidades econômicas em prol do progresso e, por último, assegurar o controle físico dos limites e garantir a unidade territorial tão caro ao projeto de uma nação”.<sup>28</sup>

Nesse sentido, o “Mapa da região flagellada pela secca de 1877” (Figura 05), impresso pela Litografia Imperial, sob a responsabilidade de Alexandre Speltz, sintetiza essa relação que, na representação cartográfica do dado sensível, incorpora o projeto de transformação do território. No caso, o projeto das estradas de ferro de socorro, elaborado pelo engenheiro André Rebouças. As linhas tracejadas em vermelho articulam uma trama de lógica ortogonal, aqui adaptada às linhas topográficas da costa do setentrião brasileiro e, a partir delas, estabelece linhas transversais que configuram, por fim, uma malha que teria grande acessibilidade regional.

A lógica geométrica ideal que subjaz a proposta da Rebouças, presente também em outros esquemas e esboços (como na proposta de uma planta cadastral para o Brasil, desenvolvido no livro “Garantia de Juros”, de 1874), esteve na raiz de muitas dessas propostas abrangentes (de sistemas de circulação, transporte e comunicação) para o Brasil e acabou apontando para novas configurações, novas maneiras de enquadrar e de ler as partes do Império.

A peça cartográfica documenta, assim, pelo menos três níveis de representação: primeiro, a atualização dos dados geográficos da região setentrional, parte da antiga porção norte da Colônia e do Império. Essa atualização, deve-se dizer, é ainda muito limitada, a despeito do desenho mais rigoroso do quadro de latitudes e de longitudes, o que permite maior precisão no traçado da costa litorânea. Como se percebe, falta ainda mapear, de maneira extensiva, o interior “vazio”, o antigo (de)sertão.

Os dois outros níveis são ainda mais importantes, do ponto de vista político e das disputas pela formulação dos imaginários e imaginações sobre a Nação, para entender essa peça como documento histórico. Um segundo nível, ao delimitar a região assolada pelas secas, se evidencia pela grande mancha de cor amarelada no qual o Mapa expressa e materializa, assim, um dos primeiros, se não o primeiro, documento a sobrepor diretamente a definição dessa região específica dentro do Império, marcada pelo fenômeno das secas. O vazio pode ainda se encontrar impreciso, mas, agora, ao menos se enquadra em uma clara delimitação e diferenciação regional – que seria desenvolvida ao longo das décadas seguintes.<sup>29</sup>



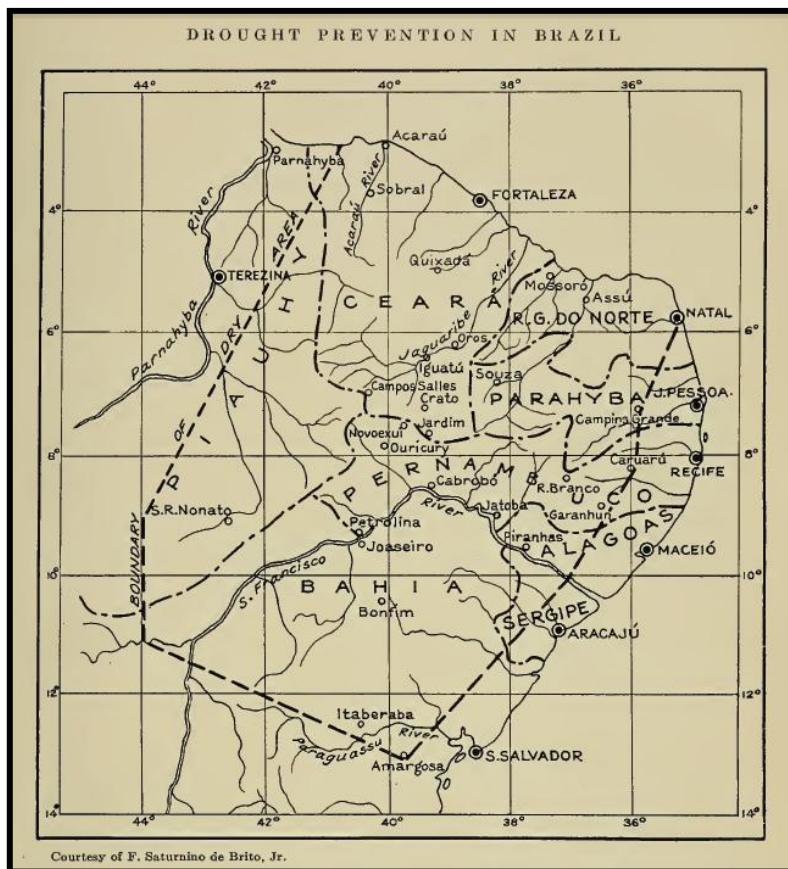
**Figura 05 – “Mapa da região flagellada pela seca de 1877”, pelo eng. André Rebouças, em 1878.** Uma das primeiras delimitações gráficas do que se configuraria no Nordeste atual e associado às questões relacionadas às secas.

Fonte: Arquivo Nacional; Acervo digital do HC Urb

O terceiro nível é o do projeto de Rebouças: mais importante, nesse momento, do que a documentação e o registro precisos, a criação de uma proposta de articulação territorial, para melhor informar e direcionar os esforços e os recursos dos chamados combates ou socorros às secas. No lugar da emergência, a previsão e a provisão. Essa perspectiva, que aponta claramente para uma determinada representação de Nação, deveria dirigir, dessa maneira, também os esforços para conhecer a região, esquadriá-la, mapeá-la.

Essa perspectiva iria permanecer no horizonte de ação de vários profissionais nas décadas seguintes, de fato. A construção do fenômeno climático das secas como um problema técnico e, mais ainda, como uma questão nacional, levaria à institucionalização, em âmbito federal, dos esforços para o seu enfrentamento, com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS –, em 1909. Aproveitando o acúmulo de discussões e a colaboração direta de diversos profissionais de renome, nacionais e estrangeiros, a exemplo de Roderic Crandall, Gerald Waring e do engenheiro Aarão Reis, os anos iniciais de atuação da IOCS foram marcados pela publicação de dezenas de estudos, provenientes de pesquisas de campo extensas e minuciosas.

Nesse sentido, pode-se falar que, finalmente, o desertão – como representação do desconhecido e como vazio cartográfico – foi superado. A publicação do mapa esquemático “Regiões Secas do Nordeste” (Figura 06), no *Bulletin of the Pan American Union*, de 1936, enviado pelo engenheiro Saturnino de Brito Filho, demonstra o acúmulo de conhecimento, cartográfico inclusive, sobre a região, o que permitia a construção de mapas sínteses para, nesse caso, divulgação das ações federais na prevenção do fenômeno no Brasil.



**Figura 06 – Regiões Secas do Nordeste, do eng. Saturnino de Brito Jr, 1936.** A delimitação do “polígono das secas” determinava a região de ação de obras contra os efeitos das irregularidades pluviométricas.

Fonte: BRITO JÚNIOR, 1936.

Note-se ademais que essa construção de conhecimento sobre a região é determinante para delimitar a própria região, como já se afirmou. Aqui, antecedendo a oficialização da primeira proposta de divisão administrativa e regional do Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, em 1939, aparece claramente a denominação “Nordeste”, vinculada à (política de) delimitação da região das secas. A crescente precisão do levantamento cartográfico, do registro das especificidades geográficas, oriundas também de vários estudos temáticos patrocinados pela IOCS, aliada aos dados já estabelecidos sobre longitude e latitude, permite construir uma primeira proposta de definição do que viria a ser conhecido como “polígono das secas” (oficialmente, seria instituído apenas em 1951). O polígono volta assim a circunscrever, guardada as devidas proporções em relação às diferenças de técnicas de mapeamento e aos dados geodésicos, o antigo registro do vazio. Ao excluir a zona costeira, de conformação fisiográfica distinta, de fato, o mapa consolida o sertão – esse sertão específico – com estatuto oficial, administrativo.

## **Para além do vazio: considerações finais**

A imagem do desertão é uma síntese do obstáculo a superar. É necessário o seu mapeamento para corretamente equacionar os problemas que se afiguravam graves para a constituição do Brasil como Império e, antes ainda, como Nação. Da feitura de mapas com pouca acuidade e muitas vezes elaborados por não-especialistas<sup>30</sup>, à produção cartográfica sob o rigor técnico dos engenheiros, percebe-se um sistema de representações, simbologias e silêncios que ultrapassam o que se encontra impresso.

Isso significa enfatizar, no estudo cartográfico, os “processos cognitivos que a originaram e dos métodos em que se investe sua inscrição” sem deixar de lado a forma como foi produzida<sup>31</sup>. Logo,

“Para se pensar um espaço é necessário considerar antes um *espaço imaginário* onde se produz uma linguagem através de múltiplas experiências de outras linguagens; entender cada um dos mapas das imaginações e das geografias pessoais que extrapolavam em um dado momento seus limites para constituir uma gramática e uma sintaxe cartográfica”.<sup>32</sup>

Portanto, a imagem em formação é tanto fruto de um momento histórico o qual foi processado quanto do ponto de vista do historiador atual, desafio que se mostra importante no momento em que se percebem poucas elucubrações nessa perspectiva de uso do mapa como fonte e texto e não somente imagem ilustrativa. Nesse sentido, é válido o uso da produção cartográfica para se compreender a formação do território nordestino.

A representação imagética de uma grande área vazia encontrada no mapa de Blaeu e da descrição existente no mapa de D’Anville, se condensam na construção cartográfica de Luffman, que se apropria e mantém esses elementos anteriores, ou na ilustração de Henry Koster ao seu livro, mesmo no século XIX. O esforço das elites técnicas e intelectuais do século XIX, de dar a conhecer o Brasil aos brasileiros, vai levar à formação de várias comissões de exploração geográfica e à compilação de muitos dados para construção e reconstrução cartográfica, superando, ainda que parcialmente, as dificuldades e as limitações, sobremodo de recursos humanos, para os trabalhos de campo. Como demonstra o Mapa do engenheiro Rebouças, de 1877, a construção desse conhecimento geográfico esteve atrelado

desde o início, inclusive na cartografia, à perspectiva da construção e transformação do território em prol de um projeto de Nação. Essa perspectiva seria decisiva para mobilizar os esforços de gerações de técnicos que, por meio de estudos contínuos, longas pesquisas de campo e extensos apontamentos, ajudariam não apenas a cadastrar, mas, principalmente, a construir a noção de uma região específica, a exemplo do mapa de divulgação das áreas de prevenção das secas, enviado por Saturnino de Brito Filho na década de 1930 ao *Bulletin of the Pan American Union*.

De maneira significativa, o antigo desertão, o vazio do registro cartográfico, será reposto, no contraprelo dos avanços no mapeamento, nos recursos técnicos, humanos e materiais, para exploração e documentação científicas sobre a região. O desertão tornou-se, finalmente, sertão, um dos sertões do Brasil, um interior específico marcado pelos ciclos irregulares de precipitação pluviométrica. Objeto de atenção da cultura técnica, mas também dos interesses políticos, eleitoreiros e econômicos e dos intelectuais preocupados com a questão da modernização do país e (dos costumes) do seu povo, a batalha pela sua representação (pelo controle da possibilidade de nomear o que pode ou não ser representado, o que lhe significa ou não) vai marcar a construção cartográfica da região Nordeste ao longo do século XX.

## Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – pelas bolsas e apoio financeiro à pesquisa e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pela concessão de recursos para participação no XII Colóquio Internacional de Geocrítica, onde foi apresentado este trabalho. Igualmente, nosso obrigado ao professor Hector Mendonza Vargas (UNAM, México), pelas contribuições e indicações bibliográficas de cunho teórico-metodológicas, que deram base às discussões do tema acerca da cartografia histórica.

## Notas

<sup>1</sup> Martins, 2001; Capel, 1981.

<sup>2</sup> Desde 2004, interessa ao HC Urb os estudos sobre questões que entrelaçam temas acerca da engenharia, das secas e do Nordeste. Duas investigações já delinearam e analisaram essas vertentes, “Entre as secas e as cidades: formação de saberes, práticas e representações do urbanismo (1850-1930)” e “A Dimensão Técnica da Seca e a Construção e Planejamento do Território e da Cidade (1850 - 1935)”. Atualmente, tem-se como desdobramento dos anteriores, o projeto intitulado “Cultura técnica, projetos e reconfigurações urbanas e territoriais (Nordeste/Brasil, 1850-1930)”. Todos contaram com apoio financeiro do CNPq.

<sup>3</sup> Ferreira, Dantas e Farias, 2006.

<sup>4</sup> Ferreira, Dantas e Simonini, 2011a.

<sup>5</sup> Dantas, Simonini e Ferreira, 2011b.

<sup>6</sup> Harley, 2005.

<sup>7</sup> Mendonza Vargas e Lois, 2009.

<sup>8</sup> Black, 2005, p.11.

<sup>9</sup> Mendonza Vargas e Lois, 2009, p.9.

<sup>10</sup> Oliveira e Mendonza Vargas, 2010, p.8

<sup>11</sup> Bueno, 2010; Burke, 2001.

<sup>12</sup> Para Renato Amado Peixoto (2011, p.20, grifos do autor), o “estudo cartográfico” pode ser definido em sete partes. Dentre eles, pode-se destacar: “6) entender o espaço registrado nos mapas como um campo sobre o qual são rebatidos enunciados e discursos, que se revelam nos *enquadramentos* utilizados (os quais denunciam a orientação do território representado em relação a um espaço fora do mapa ou o privilégio de um certo recorte do

espaço que foi inserido no mapa sobre o território representado), por meio das sentenças que se inserem nos conteúdos e símbolos gráficos, e nos *silêncios ou silenciamentos* (os quais podem ser intuídos num símbolo cartográfico inacabado ou incompleto ou num espaço vazio ou esvaziado de significação no mapa; 7) procurar perscrutar os usos e as funções que estes produtos assumem inclusive procurando-se entender sua *disseminação* em outros produtos cartográficos ou mesmo outros saberes, sua divulgação e sua circulação”. E objetiva “(...) recolher e organizar os esforços da ciência cartográfica e compreender os avanços, afastamentos e incompatibilidades em relação à norma técnica”. E conclui: “portanto, faria parte do discurso mesmo da científicidade em torno do qual se articulou progressivamente um saber sobre o espaço desde os séculos XVII e XVIII, ao qual a produção historiográfica teve que se remeter em busca de sua própria legitimização” (PEIXOTO, 2011, p.17).

<sup>13</sup> Mendonza Vargas e Lois, 2009, p.10.

<sup>14</sup> Peixoto, 2011, p.86.

<sup>15</sup> Mendonza Vargas e Lois, 2009, p.9.

<sup>16</sup> Said, 1990.

<sup>17</sup> Said, 1990.

<sup>18</sup> Harley, 2005, p.81.

<sup>19</sup> Urroz e Mendonza Vargas, 2010, p.31-32.

<sup>20</sup> Gomes, 2009, p.277.

<sup>21</sup> Peixoto, 2011, p.157.

<sup>22</sup> Gomes, 2009, p.278. Inclusive, em concordância com os pressupostos de D. Cosgrove (2002), a autora ainda critica a “(...) distorção histórica que sempre privilegiou os mapas trabalhados artisticamente ou de importância estratégica, enquanto que os mapas de uso cotidiano foram sistematicamente descartados” (GOMES, 2009, p.278).

<sup>23</sup> Martins, 2001.

<sup>24</sup> Martins, 2001, p.21-38.

<sup>25</sup> Koster, 1942 [1816], p.87.

<sup>26</sup> Ferreira, Dantas e Farias, 2006.

<sup>27</sup> Ferreira, Medeiros e Simonini, 2009, p.2.

<sup>28</sup> Ferreira, Medeiros e Simonini, 2009, p.14.

<sup>29</sup> Este processo é muito mais complexo, de fato, e já tem sido discutido: Durval Albuquerque Júnior já apontou claramente como a temática das secas foi um dos fundamentos para a invenção do Nordeste como região com “identidade” e características próprias no Brasil; as pesquisas do HC Urb (Cf. e.g. Ferreira, Dantas e Farias, 2008) tem demonstrado que, mais ainda, a compreensão do fenômeno climáticos das secas como um problema técnico foi fundamental, a partir da segunda metade do século XIX, para a configuração do Nordeste como região. Assim, esse Mapa de 1877 vem corroborar esse conjunto de discussões.

<sup>30</sup> De acordo com Horacio Capel (1982, p.333), é somente a partir do século XVIII que “la realización de mapas se va convirtiendo en una tarea cada vez más compleja y que exige conocimiento altamente especializado”.

<sup>31</sup> Peixoto, 2011, p.159.

<sup>32</sup> Peixoto, 2011, p.159, grifos do autor.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, Cândido Mendes. *Atlas do Império do Brazil*: comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciárias. Dedicado a sua Magestade o Imperador Senhor D. Pedro II, destinado a Instrucção Publica no Império com especialidade a dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1868.

BLACK, Jeremy. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Bauru: EDUSC, 2005.

BRITO JÚNIOR, Francisco Saturnino. Drought prevention and relief in Brazil. *Bulletin of the Pan American Union*, Washington, v.70, p.925 -931, jan./dez, 1936.

CAPEL, Horacio. *Geografía e matemáticas en la España del siglo XVIII*. Barcelona: Oikos Tau 10, 1982.

CAPEL, Horacio. *Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea: una introducción a la Geografía*. Barcelona: Barcanova, 1981.

DANTAS, George Alexandre F; SIMONINI, Yuri; FERREIRA, Angela Lúcia. Desenhando territórios: a cartografia da Cândido Mendes e o "Nordeste" brasileiro do século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro, RJ. *Anais eletrônicos....* Rio de Janeiro, RJ: ANPUR, 2011. p. 1-18.

FERREIRA, Angela Lúcia. *Cultura técnica, projetos e reconfigurações urbanas e territoriais (Nordeste/Brasil, 1850-1930)*. Projeto de Pesquisa apresentado e aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico, 2011-2014.

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre F.; SIMONINI, Yuri. Um olhar sobre o Nordeste: a contribuição técnico-científica da Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro - Brasil (1885-1932). In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 13., 2011, San José. *Anais eletrônicos...* San José: UNA, 2011. p. 1-15.

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre F; FARIAS, Hélio Takashi M.. Pensar e agir sobre o território das secas: Planejamento e cultura técnica no Brasil (1870-1920). *Vivência* (Natal), v. 34, p. 41-62, 2008.

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre F; FARIAS, Hélio Takashi M. Adentrando Sertões: considerações sobre a delimitação do território das secas. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 10, n. 218 (64), 01 ago. 2006. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-62.htm>>.

FERREIRA, Angela Lúcia; MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo; SIMONINI, Yuri. Obras contra as secas: a contribuição dos engenheiros para os estudos e a construção do território no Nordeste Brasileiro (1877-1930). In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo, Uruguai. *Anais eletrônicos...* Montevideo : Gega, 2009. v. 1. p. 1-15.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. O mapa fabricado entre o campo e o gabinete: dimensões técnicas e discursivas da Comissão Geográfica de Minas Gerais. In: MENDOZA VARGAS, Héctor; LOIS, Carla (coord.). *Historias de la Cartografía Iberoamérica. Nuevos caminos, viejos problemas*. México: UNAM, 2009. p.275-306.

HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins*, n.5, p.1-24, 24 abr. 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5724>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. *La nueva naturaleza de los mapas. Ensayos sobre la historia de la cartografía*. México, FCE, 2005.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. trad. e notas L. C. Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. [orig. 1816]

LAHUERTA, Flora M. Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822). *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. 10, n. 218 (64), 01 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>>.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

MENDOZA VARGAS, Héctor; LOIS, Carla. Viejos temas, nuevas preguntas: la agenda de la historia de la cartografía iberoamericana hoy. In: \_\_\_\_\_ (coord.). *Historias de la Cartografía Iberoamérica. Nuevos caminos, viejos problemas*. México: UNAM, 2009. p.9-20.

OLIVEIRA, Francisco Roque; MENDOZA VARGAS, Héctor. Mapas de metade do mundo. In: \_\_\_\_\_ (cood.). *Mapas de la mitad del mundo: la cartografía y la construcción territorial de los espacios americanos, siglos XVI al XIX*. Lisboa: Universidad de Lisboa/ México: UNAM, 2010. p.7-18.

PEIXOTO, Renato Amado. *Cartografias Imaginárias: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História e Espaço*. Natal: EDUFRN, 2011.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

URROZ, Raquel; MENDOZA VARGAS, Héctor. Los mapas de México: situación actual y análisis de las trayectorias. In: OLIVEIRA, Francisco Roque; MENDOZA VARGAS, Héctor (coord.). *Mapas de la mitad del mundo: la cartografía y la construcción territorial de los espacios americanos, siglos XVI al XIX*. Lisboa: Universidad de Lisboa/ México: UNAM, 2010. p.19-42.

